

CIDADES INVISÍVEIS: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DA CIDADE NA AULA
CIUDADES INVISIBLES. UNA PROPUESTA DE ESTUDIO DE LA CIUDAD EN EL AULA
INVISIBLE CITIES. A PROPOSAL FOR THE STUDY OF THE CITY IN THE CLASSROOM

Recebido em: 22/10/2024

Aceito em: 20/11/2024

Publicado em: 28/12/2024

Francisco Folgueira Ríos¹

Universidade de Santiago de Compostela

Resumo: Neste trabalho propomo-nos a abordar a utilidade da Arqueologia Urbana como ferramenta para o estudo, na sala de aula, da história das cidades e a sua transformação. Para isso, veremos como diferentes contributos vindos das Ciências Sociais e Humanas, em especial aqueles realizados por Henry Lefebvre, podem ajudar a fazer uma Arqueologia Urbana mais consciente do papel que possuem sobre os restos históricos das cidades. Para este fim, primeiramente, faremos uma breve história da Arqueologia Urbana na Europa, para avaliar as suas potencialidades, mas também os problemas e contradições que enfrenta. Assim, refletiremos sobre alguns conceitos operacionalizados por Lefebvre para o estudo da cidade, para mostrar como nos podem ajudar nas atividades relacionadas com a Arqueologia Urbana, desde a interpretação dos contextos como a proteção e socialização do património. Uma vez visto isto, abordaremos sobre como pode ser empregada esta metodologia na sala de aula.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana; Lugares do Possível; Henry Lefebvre; Direito á Cidade; Paisagem Urbana.

Resumen: En este trabajo nos proponemos abordar la utilidad que tiene la arqueología urbana como herramienta para estudiar, en el aula, la historia de las ciudades y su transformación. Para esto, veremos cómo los diferentes aportes procedentes de las ciencias sociales y humanas, en especial aquellos realizados por Henry Lefebvre, nos pueden ayudar a realizar una arqueología urbana más consciente, del papel que pueden jugar los restos históricos de las urbes. Para este fin, primeramente, haremos una breve historia de la arqueología urbana en Europa, para ver cuáles son sus potencialidades, pero también los problemas y contradicciones a los que se enfrenta. Así, presentaremos algunos aportes realizados por Lefebvre al estudio de la ciudad, para mostrar cómo nos pueden ayudar en la arqueología urbana, tanto a interpretar como proteger y socializar el patrimonio. Una vez visto esto, abordaremos como puede ser utilizada esta metodología en el aula.

Palabras-chaves: Arqueología urbana; Lugares de lo Posible; Henry Lefebvre; Derecho a la Ciudad; Paisaje Urbano.

Abstract: In this paper we propose to address the usefulness of urban archaeology as a tool for studying in the classroom, the history of cities and their transformation. For this, we will see how the different contributions from social and human sciences, especially those made by Henry Lefebvre, can help us to realize a more conscious urban archaeology, of the role that may play the historical remains of cities. To this end, first of all, we will make a brief history of urban archaeology in Europe, to see what its potentialities are, but also the problems and contradictions it faces. Thus, we will present some contributions made by Lefebvre to the study of the city, to show how they can help us in urban archaeology, both to interpret and protect and socialize the heritage. Once seen this, we will address how this methodology can be used in the classroom.

Keyword: Urban Archaeology; Places of the Possible; Henry Lefebvre; Right to the City; Urban Landscap.

¹ Doutorando no Departamento de História da Universidade de Santiago de Compostela - Espanha. Campus Terra, Faculdade de Humanidades. Realizou mobilidade na Universidade de Cambridge - Inglaterra. Mestre em Arqueologia pela Universidade do Minho - Portugal, Graduado em Ciências da Cultura e Difusão Cultural pela Universidade de Santiago de Compostela - Espanha. E-mail: francisco.folgueira.rios@usc.es

INTRODUÇÃO

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor do seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 2003, p. 20).

No presente trabalho faremos uma breve aproximação à maneira como nova conceitualização do espaço social, que teve lugar nas Ciências Sociais e Humanas, a partir dos anos 70 do século passado, pode nos ajudar a compreender e revitalizar os vestígios arqueológicos documentados nas cidades históricas. Por outro lado, queremos mostrar como, por sua vez, este tipo de estudos que centram o seu foco no espaço, sem esquecer a dimensão temporal, são uma boa ferramenta para explicar na sala de aula os vestígios históricos, pois permite-nos compreender a cidade como uma formação histórica sempre inacabada e aberta, onde a possibilidade de buscar um outro caminho está sempre presente.

Para isso, em primeiro lugar, faremos uma breve discussão sobre a história da Arqueologia Urbana na Europa, desde os seus inícios – nos anos 60 do século passado – até a atualidade (MARTINS, 2018). O desenvolvimento da Arqueologia Urbana, que tentaremos enquadrar dentro do contexto de brutal transformação que impôs o neoliberalismo, enquanto uma fase ainda mais desenfreada do capitalismo, ajudou a consolidar a morte da cidade tradicional. Não obstante, esta busca contínua de acumulação de capital, através da especulação imobiliária, sobrepassa ao propriamente urbano, provocando que este consuma o rural. Um crescimento desenfreado em que ainda não se considera nem as consequências sociais nem ambientais que possa ter (HARVEY, 2013). Neste contexto, os restos históricos do passado das cidades e das suas periferias, passam a ser visto como atrasos ao “progresso”, pois a sua conservação impede a construção de novas estruturas e infraestruturas (e, por tanto, a especulação). Por outro lado, estes tipos de vestígios, quando são preservados, aparecem no espaço urbano desligados do resto da cidade, completamente descontextualizados, como pequenas ilhas patrimoniais, que unicamente são testemunhas da sua própria antiguidade. Este tipo de vestígios são os que a arqueóloga Andreina Ricci denominou *Nudas piedras* (RICCI, 2013; FOLGUEIRA RÍOS *et al.*, 2024).

Desta forma, através de um breve resumo do desenvolvimento da Arqueologia Urbana, no qual apresentaremos as principais contradições que enfrenta a sua prática, veremos brevemente qual é o contexto ao que nos deparamos. Assim, uma vez em contexto, tentaremos apresentar quais são as contribuições relativas ao desenvolvimento de conceitos e idéias procedentes das Ciências Sociais e Humanas, que podem promover uma Arqueologia cada vez

mais *tecnicista*. Desta forma, veremos como esta nova abordagem sobre o conceito de espaço, iniciada nos anos 70 do século passado, com destaque para a figura de Henry Lefebvre (2013), pode nos ajudar a fazer uma investigação da cidade desde um ponto de vista mais complexo, mas também a explicar como estas realidades são um processo em aberto, no qual a sociedade estabelece um diálogo com o espaço. Um espaço que enquanto um produto-produtor é modificado ao mesmo tempo que modifica a sociedade que o habita. Nomeadamente, centraremos-nos no conceito de Lefebvre do *espaço de representações*, pois cremos que pode ser um importante ponto de partida não só para abordar, desde um novo ponto de vista, os vestígios históricos, mas também para reclamar através deles o direito à cidade (LEFEBVRE, 2013).

A ARQUEOLOGIA URBANA

A Arqueologia Urbana nasceu na Grã-Bretanha na década de 60 do século XX como uma consequência das repercussões das grandes mudanças urbanísticas que estavam a correr nas cidades históricas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Como se sabe, grande parte das cidades sofreram com uma ampla destruição do seu patrimônio durante os bombardeios que tiveram lugar no conflito, sendo necessário, em alguns casos, a completa reconstrução de algumas delas (QUIRÓS CASTILLO, 2005; MARTINS, 2018). Acrescenta-se a esse cenário, ainda que, neste contexto de pós-guerra, ocorrerá um aumento da pressão urbanística, motivada, entre outros fatores, pela especulação imobiliária.

Neste sentido, nos anos seguintes, veremos tal fenómeno chegar ao seu ponto mais alto com a chegada do Neoliberalismo, mais fortemente a partir dos anos 70 do mesmo século, com um significativo aumento do investimento do capital financeiro no solo urbano. Por sua vez, isso vai provocar um aumento da pressão especulativa sobre as cidades – alvos de um grande processo de urbanização – que mudará completamente não apenas a morfologia destas, mas também os processos relativos às sociabilidades nelas presentes. Como um dos sintomas e consequências mais claras deste processo temos a *gentrificação* (HARVEY, 2013). Dentro deste contexto, não por coincidência, vemos um aumento das escavações arqueológicas de urgência, que devemos por em relação a um menor investimento público na Arqueologia (MARTINS, 2018). Esta diminuição do investimento público é também uma consequência da implantação do Neoliberalismo, através do qual se produz um cada vez maior desmantelamento dos serviços sociais das cidades e dos Estados, passando a ser substituído o estado social, por um estado penal. Nesta nova conjuntura, o medo converte-se num dos afetos mais potentes a

nível político, promovido sobretudo pela extrema direita, que põe o foco sobre o medo à criminalidade, ou à perda de identidade, passando a criminalizar aos mais frágeis e que menos possibilidades têm de se defender, como são os e as imigrantes de classe baixa². Desta forma, a cidade passa a ser percebida como um lugar inseguro, bem documentado pelas urbanizações privadas que, através de grandes muros e câmaras de vigilância, *protegem* os seus moradores dos *novos perigos* da vida urbana. Desta forma, estes espaços vigiados, resguardados e separados, são lugares onde se reproduz a *mixofobia*, isto é, o medo ao diferente, ao diverso (BAUMAN, 2007).

Como dizíamos, a partir da segunda metade do século XX deu-se o início a uma cada vez maior destruição do chão urbano, que por sua vez despertou a uma maior sensibilidade pela destruição crescente do patrimônio das cidades, bem como às suas consequências no que tange à memória e às sociabilidades das mesmas. É dentro deste arcabouço que nasce a Arqueologia Urbana, entendida aqui como a modalidade da arqueologia que busca investigar o passado das realidades urbanas através de um projeto contínuo de intervenção e pesquisa que tem, como fim, aproximar-se à realidade pluri-estratigráfica que conforma a história das cidades. Uma modalidade que, como veremos, trouxe grandes avanços no conhecimento que temos sobre as cidades do passado, mas que na atualidade é vítima das próprias contradições que apresenta a sua prática. Tal e como é a tentativa de preservar o patrimônio histórico em cidades que, como já dizíamos, estão sendo continuamente modificadas devido à especulação imobiliária (QUIRÓS CASTILLO, 2005; MARTINS, 2018). Entretanto, antes de falarmos a respeito dos problemas que a Arqueologia Urbana enfrenta, veremos, de forma muito breve, quais são os antecedentes desta modalidade bem como qual foi o contexto em que apareceu. Nevrálgicamente, no entanto, é válido dizer que não pretendemos abordar, neste texto circunscrito, uma história total desta disciplina, mas sim apresentar qual foi o contexto do seu desenvolvimento, e os fundamentos que a acompanhou desde seu princípio.

Em primeiro lugar, queremos assinalar que o interesse pelas cidades históricas, e pelos vestígios remanescentes presentes nelas, é anterior à própria constituição da Arqueologia Urbana. Já no Renascimento, podemos constatar uma crescente relevância neste tipo de estruturas, que passaram a ser vistas como memórias de um passado brilhante da humanidade, que se buscava emular. Crescia assim o interesse pelos vestígios do passado clássico, que podemos relacionar com o “(re)descobrimento” dos textos dos autores greco-romanos, com

² Neste sentido, não só devemos falar do uso político do medo ao estrangeiro, mas também do medo, rejeição e criminalização da própria pobreza (CORTINA, 2017).

dedicado interesse pela vida das elites sociais, sendo deixados de lado, claramente, os estratos inferiores. Com tais características, veremos que o principal ponto de atração para a arqueologia, neste momento, será a busca dos restos monumentais, que se referem àquilo a que os textos literários fazem menção: a vida das elites (MARTINS; SILVA, 2017, p. 82-84). Uma situação que se verá incrementada a partir da segunda metade do século XVIII, onde o novo interesse no mundo clássico deve ser colocado, como tudo em história e arqueologia, em contexto: da ilustração/iluminismo (esclarecimento, do original “*Aufklärung*”, em alemão), às revoluções políticas, como bem é evidente na Revolução Francesa, onde o mundo clássico passará a representar um modelo de virtude e civismo. Desta forma, neste período e nos anos subsequentes, é produzida uma revalorização do passado clássico, onde o impulso do Neoclassicismo frente ao Barroco é um claro exemplo das consequências que teve esta mudança de mentalidade (ORTIZ ARELLANO, 2020).

É, neste contexto, com o perdão ao pleonismo, que devemos entender o financiamento de escavações, por parte do Rei Carlos III (defensor do absolutismo *ilustrado*), que terão lugar em Herculano e Pompeia. Um interesse direcionado aos grandes monumentos, ou àqueles aspectos dramáticos ou morbosos que seguiam secundando a visão do triste e violento final daquelas urbes. Sendo um exemplo disto o fascínio pelos corpos humanos – ou melhor, pelos seus decalques produzidos a partir da técnica de Fiorelli – que ainda atualmente seguem despertando uma morbosa atração por parte dos visitantes (BEARD, 2008; MARTINS, 2018). Esta fase antiquarista vai marcar a arqueologia e o estudo das cidades clássicas até o limiar do século XX. Neste âmbito, não podemos negar que dentro deste nada circunscrito período não se produziram avanços significativos no estudo das cidades clássicas, como podemos ver pelos estudos realizados sobre o urbanismo das cidades romanas elaborados por Haverfield, bem como o aprimoramento dos métodos de escavação que eram adotados – ou mesmo construídos – em Pompeia (MARTINS; SILVA, 2017; MARTINS, 2018).

Será apenas nos finais da década de 1960 quando as contribuições teóricas desenvolvidas noutros períodos históricos impactarão maiormente no estudo da arqueologia clássica, inclusivamente entre outras disciplinas, especialmente influenciadas pelo Marxismo e pelos *Annales*. No âmbito da arqueologia, observar-se-á o florescimento de outros suportes metodológicos para a disciplina, a partir de uma nova produção teórica caudatária da chamada Nova Arqueologia. É neste cenário de avanços teóricos e metodológicos que devemos entender a evolução da Arqueologia Urbana. Uma modalidade que, como vimos anteriormente, nasce

também por conta de uma nova visão que produziu a destruição das cidades históricas a partir da especulação imobiliária (MARTINS, 2018).

Uma consciência que levará ao desenvolvimento de uma série de métodos e técnicas direcionadas a minimizar, ao máximo nível possível, esta perda de informação. Não por coincidência, um dos principais fundamentos desta será ver a cidade como um todo – isto é, como um sítio único. Desta forma, como nos indica Manuela Martins (2018), passamos de “fazer arqueologia *na* cidade” – que consistia em entender cada escavação de modo independente das demais, quase que isoladamente – para fazer arqueologia *da* cidade, isto é: entender a cidade no seu conjunto, no qual os diferentes contextos que encontramos são entendidos como parte de um *todo* – que é propriamente a cidade (MARTINS, 2018, p. 20-21). Assim, desde os anos 1960, sobretudo a partir da experiência da Arqueologia Britânica, se observará a estruturação de uma série de técnicas e métodos que permitiram – e permitirão – investigar os diferentes contextos históricos que apresentam uma cidade. Sendo um exemplo disto o aprofundamento do registro estratigráfico, com especial destaque à proposta de Harris de apresentação das sequências estratigráficas (HARRIS, 1991; QUIRÓS CASTILLO, 2005; MARTINS, 2018).

Esta pluralidade de contextos, que constituem as urbes históricas, fez com que fosse necessário compreender o estudo das mesmas como um projeto não isolado, mas contínuo, no qual a informação deveria ser armazenada em bases de dados para poder ser interpretada e reinterpretada de forma continuada, de tal forma que fosse possível abordar as novas questões e paradigmas que surgiram na investigação. Devido à complexidade de tal projeto, foram criadas as *Urban Units*, unidades e grupos de trabalho interdisciplinares, que tinham como objetivo salvaguardar e estudar os vestígios históricos das cidades. Mais claramente, durante as décadas seguintes, este esquema gestado na Grã-Bretanha expandiu-se, com maior ou menor êxito, por outros países (MARTINS, 2018).

Entretanto é a partir dos anos 1980, através das experiências obtidas na década anterior, que a Arqueologia Urbana se torna mais consciente das suas contradições. Em primeiro lugar, a multiplicação dos projetos, e, sobretudo, o aumento da especulação urbana que provocaria, notavelmente, o crescimento das escavações de urgência, o que direta ou indiretamente, a partir destes novos pressupostos, produziria um incremento exponencial dos dados arqueológicos. Dados arqueológicos que muitas vezes não podiam ser investigados, sendo “armazenados” à espera de que em algum momento passassem a ser maiormente valorizados. Indelévelmente talvez, tais parâmetros preservaram marcas que ainda hoje podem ser vistas: uma arqueologia

muito mais focada na escavação que na investigação (QUIRÓS CASTILLO, 2005; GALINIÉ, 2012; MARTINS, 2018). Apesar disto, nesta década foram consolidados importantes avanços na investigação graças à introdução de novos debates teóricos que ajudaram a interpretar as cidades de uma nova forma. Assim, já não será o principal objetivo “restituir” tão somente as distintas morfologias que se foram sucedendo cronologicamente na urbe, mas sim a busca por introduzir os diferentes dados obtidos – ou talvez melhor, construídos – através das escavações realizadas nas cidades nos debates historiográficos – nos quais, cada vez mais, teria importância a noção de cidade e espaço urbano. Da mesma maneira, também se observará neste momento um maior esforço para aproximar os resultados produzidos na investigação à população (QUIRÓS CASTILLO, 2005).

Nas décadas seguintes, com o brutal incremento da especulação urbana (inclusive depois da crise de 2008), as contradições da prática da Arqueologia Urbana seguirão crescendo, devendo-se acrescentar a situação da chamada *Arqueologia Profissional ou Empresarial*. Nela, *empresas* de arqueologia, na maioria dos casos, são contratadas pelas próprias *empresas* de construção, as quais detém um enorme poder socioeconômico e político. Diante de uma forte assimetria de *poder* em suas mais diversas facetas, arqueólogos profissionais ficam completamente desprotegidos – em questão de direitos e coagidos no que tange aos seus deveres –, prevalecendo habitualmente os interesses – destacadamente econômicos – das construtoras. Desta forma, em muitas ocasiões e não tão paradoxalmente, a arqueologia converte-se num ato que *ora possibilita, ora legítima a destruição do patrimônio*, para que se possa levar a cabo, o quanto antes, a construção de um novo edifício, por exemplo, enquanto a população pensa que se está salvaguardando o seu patrimônio. No melhor dos casos, sendo os resultados obtidos – armazenados normalmente à espera de que possam vir a ser estudados –, no pior dos casos, perdendo-se todo o tipo de informação – ao não serem entregues, por exemplo, relatórios de escavação (QUIRÓS CASTILLO, 2005; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, 2006, p. 212; GALINIÉ, 2012; MARTINS, 2018).

A isto, devemos acrescentar que a maior parte das escavações não são formalmente concebidas em função de interesses científico-investigativos, sendo dependentes estruturalmente dos interesses imobiliários presentes em determinado recorte espacial e temporal. Desta forma, nos deparamos com escavações que possam sequer ter grande sentido em termos de investigação, ou, em direção parecida, com trabalhos sumamente parciais ou de tamanho extremamente reduzido. Assim, acabamos por ter tão somente pequenos restos de estruturas, localizados por toda uma cidade, constituindo-se assim em uma imagem final de um

grande quebra-cabeças de peças esparsas, desconexas ou mesmo destoantes. Porém, em outra direção e apesar disto, tais pequenas escavações podem seguir nos oferecendo dados muito valiosos em termos de artefatos, pequenas estruturas ou materiais biológicos, que, pouco a pouco, podem nos auxiliar a ter cada vez mais uma imagem mais completa e *complexa* da sequência estratigráfica das nossas cidades (CARVER, 2009, p. 184; MARTINS, 2018).

Devido a tais circunstâncias, as bases de dados e os SIG (Sistemas de Informação Geográfica) tornaram-se uma ferramenta indispensável para a Arqueologia Urbana, pois graças a eles podemos não apenas *armazenar*, como também *organizar* um enorme número de dados das mais distintas naturezas colocando-os *em relação* de uma forma fácil e rápida. Outrossim, permite-nos reinterpretar continuamente os dados que temos sobre as cidades, o que, como já vimos, é indispensável para termos verdadeiramente uma Arqueologia Urbana que entenda o estudo da cidade como um projeto contínuo.

Uma ressalva importante de trazermos à tona é o fato de que nem por isso devemos cair no *fetichismo* das bases de dados. Isto é, acreditar que o objetivo final da arqueologia seja o de alimentar continuamente uma base de dados cada vez maior até chegarmos a um ponto (in)determinado no qual tenhamos tantos dados sobre a cidade que possamos dar uma imagem fidedigna, total e inquestionável da evolução da urbe. Na nossa visão, isto provocaria um atraso da investigação da própria cidade, com a espera – quase que milenarista – de um futuro que nunca parece chegar, onde finalmente tenhamos todos os dados disponíveis para interpretarmos fielmente a realidade. Se fosse assim, estaríamos diante de um adiamento do processo interpretativo, até a chegada de um momento preciso em um futuro impreciso, no qual um maior número de dados e a melhoria tecnológica nos permitiriam fazer uma interpretação menos subjetiva e mais próxima à “realidade”. O que não deixa de ser, na nossa visão, um grave erro, tratando-se de uma visão positivista da interpretação arqueológica (QUIRÓS CASTILLOS, 2005; GALINIÉ, 2012). Dito de outro modo, não devemos esquecer, pois, que não podemos isolar hermeticamente a natureza fragmentária de nossos dados, muito menos ignorar que estes não são extraídos – satiricamente exprimidos até a última gota de um depósito qualquer a que possamos chamar “realidade”. Para não deixar de dizer o óbvio: dados são construídos. Pois, tal e como já tinha advertido há mais de cinquenta anos alguns autores como David Harvey (1969, p. 377), no caso da Geografia, ou, mais recentemente, Ian Hodder e Clive Orton, no caso da Arqueologia, sempre há uma subjetividade implícita na interpretação – e a interpretação cartográfica não foge à regra. Assim, qualquer valoração de um plano, no qual se observaram destacados os dados presentes em nossas bases de dados, esta não deixa de estar sujeita à

interpretação, sobretudo quando maior seja o número de dados que venhamos a empregar (HODDER; ORTON, 1990). Isto também ocorre com os próprios modelos digitais gerados através dos SIG, pois como o próprio nome nos indica, se tratam de modelos, portanto, simulações, que não podem ser vistos como fiéis reconstruções totais do passado, senão como uma forma de aproximarmo-nos ao seu conhecimento que deve ser continuamente revisto (CARRERO-PAZOS, 2023, p. 22-28).

Com isto, não queremos dizer que melhorias relativas ao modo como os dados são construídos, aos métodos empregues e às leituras críticas de distintas posições teóricas não facilitaríamos e melhorariam a nossa interpretação. Todo o contrário, sabemos que a concepção e a estruturação de bases de dados informatizadas, junto com os SIG, permite-nos trabalhar com uma grande quantidade de dados que, de outra forma, seria muito difícil, senão impossível, de fazer. O que pretendemos, portanto, é assinalar que o adiamento da interpretação à espera de um contexto em que nos depararemos com o maior número de dados possíveis para assim fazermos uma interpretação à escala de um para um da realidade (ECO, 1996, p. 95-106; GALINIÉ, 2012), não deixa de ser um aprazamento da interpretação, que nos impede de chegarmos – ou ao menos nos aproximarmos – ao passado das cidades, e recuperar a sua memória (GALINIÉ, 2012).

Neste sentido cremos que a contínua interpretação e reinterpretação dos vestígios de forma conjunta, não só é bom para a criação de conhecimento e o debate científico, mas também para garantir a proteção do património. Pois a outra opção é uma cidade fragmentada, na qual os documentos históricos são percebidos como entes individuais, completamente descontextualizados, que devem ser apenas registrados. Desta forma, a sua sobrevivência, ao estar descontextualizados, depende de uma espécie de valor do insólito que se lhe possa atribuir. Assim, podemos ver como em muitas ocasiões este tipo de descobrimentos arqueológicos são caracterizados com um tipo de linguagem, onde se ressaltam virtudes como o único, o maior, o mais antigo, o mais a norte, o mais a sul...um tipo de atributos que nada nos dizem nem do seu contexto histórico nem da população que os utilizou. De tal forma que esta linguagem mais parece que tem a ver com a intenção de vende-los no mercado competitivo da atração turística através da projeção de seu valor insólito. Por outro lado, os restos menos espectaculares são destruídos, às vezes sem sequer serem registrados. É por esta razão que recomendamos o texto de Martins *et al.* (2018), pois nele não apenas foi realizada uma aproximação à planta fundacional da cidade romana de *Lucus Augusti* (atual Lugo, Espanha), através de um reduzido número de dados, mas igualmente a sua comparação com a planta fundacional de *Bracara*

Augusta (atual Braga, Portugal), e assim tentar compreender como as distintas morfologias que apresentam podem corresponder a dois corpos cívicos difentes. Um trabalho realizado com poucos dados, sendo alguns deles pequenos muros, que nada têm de insólitos e monumentais, mas cuja compreensão dentro de um contexto, no interior da totalidade que é a cidade, serviram para criar um novo conhecimento histórico.

Por outro lado, nos últimos tempos foram várias as tentativas que se estão levando a cabo para tentar acabar com esta visão de uma cidade e o seu território de forma fragmentária. Um deles foi instrumentalizado através do *memorandum* de Vienna, de 2005 (renovado na Recomendação de Paris, de 2011), no qual se cunhou o termo *Paisagem Urbana Histórica*. Esse conceito, apesar das críticas que recebeu, nasceu da tentativa de superar as limitações do conceito de centro histórico. Atualmente, este conceito conta com uma maior aceitação, apesar da persistência de algumas críticas. Por outro lado, através de sua operacionalização, várias disciplinas estão investigando e debatendo a conservação do património, muito embora, como indica Quirós Castillo (2020), paradoxalmente a Arqueologia está muitas das vezes ausente destes debates. Para reverter esta situação, e assim outorgar à Arqueologia um novo papel na sociedade, Quirós Castillo propõe que devemos fazer uma mudança radical na disciplina, no qual essa ciência veria a si própria como aquela que tanto estuda como transforma as cidades (QUIRÓS CASTILLO, 2020). Para isto, acreditamos que pode ser interessante utilizar diferentes conceitos trabalhados nas Ciências Sociais, que trataremos na sequência.

O SPATIAL TURN

Nas Ciências Humanas e Sociais, o conceito de tempo “sempre” foi priorizado em relação ao conceito de espaço (FOUCAULT, 1979) – inclusive na própria Geografia onde, nas palavras de Milton Santos, “a Geografia é viúva do Espaço” (SANTOS, 2004, p. 108) – na atualidade, no entanto, a partir do que foi chamado de “*Spatial Turn*”, o *espaço* recebeu uma nova vitalidade (SOJA, 2014). Uma nova relevância do espaço também afetou a Arqueologia, inclusive a Urbana, bem como o estudo as cidades antigas, onde se começou a trabalhar com um conceito cada vez mais complexo de espaço (MARTINS; SILVA, 2017).

O *Spatial Turn* teve início com os trabalhos dos franceses Henry Lefebvre e Michel Foucault, desenvolvidos a partir de finais da década de 60 do século passado. Dentro desta mudança, o espaço deixou de ser visto como um simples receptáculo de acumulações resultantes da ação humana, passando a ser analisado como um produto social complexo, e através da relação dialética que existe entre “ele” e sociedade (SOJA, 2014, p. 110-112). Assim,

o espaço passará a ser conceitualizado, nas palavras de Lefebvre (2013), como um *produto-produtor*, que influencia e condiciona à sua vez a sociedade que o habita (LEFEBVRE, 2013). Desta forma, inaugurou-se um período no qual o espaço tornou a ser explorado. Isto pode ser visto claramente no estudo da cidade antiga, cujas abordagens foram realizadas a partir de diferentes “giros”, *Spatial Turn*, *Movement turn*, *sensorial turn*, que produziram uma série de avanços no estudo da relação entre o ser humano e espaço. Contrariamente, este tipo de estudo podem perder de vista a temporalidade, isto é, o aspecto histórico da relação entre espaço e sociedade. Isso produz um tipo de interpretação que deixa de lado alguns aspectos de grande importância entender os sítios, como a memória (FLOHR, 2020).

Assim, não devemos esquecer que a *Paisagem Urbana Histórica* é a cidade, e assim, por definição, um conjunto de temporalidades que se acumulam num lugar. Por isso, se perdemos de vista o tempo, não poderemos compreender bem a relação dialéctica que existe entre espaço e sociedade (SANTOS, 2007, p. 53-54). É por isso que alguns autores, como Edward Soja, advogam pelo uso de uma tridiléctica definida pelos conceitos de sociedade, tempo e espaço (SOJA, 2014).

Entretanto, ainda que como já dissemos, o conceito de espaço como produto da relação entre meio e sociedade tem já um amplo uso nas ciências humanas e sociais, tal e como adverte Edward Soja, em muitas ocasiões esquece-se a própria inferência que tem o espaço na sociedade que o habita e o vive. Desta forma, é habitual que se insista mais no *espaço concebido* e *percebido do que no espaço vivido*. Estes três termos são parte da *tridialéctica do espaço* proposta pelo sociólogo e filósofo Henry Lefebvre (2013), na sua obra *A producción do espaço*, retomado pelo geógrafo Edward Soja (2014).

Para Lefebvre o *espaço concebido* seria a *representação do espaço*. Este é o *espaço planificado* no qual se refletem as relações de poder e de produção. Um espaço marcado pela ideologia. Em outro ponto, temos o *espaço percebido*, que é o da *prática espacial*. Este é o espaço da vida cotidiana dos usuários da cidade, para o qual é necessário ter um nível de competência e performance que permita levar a cabo as atividades mais prosaicas em um espaço e em um contexto determinado. Finalmente, os *espaços de representação* são os espaços dos símbolos e das imagens, e, portanto, dos habitantes. Neste espaço pode tanto assimilar-se os símbolos oficiais, como levar-se a cabo a uma reinterpretação ou rejeição deles: é o espaço, portanto, da *possibilidade*. Este conceito do vivido, além de ser interessante como ferramenta de estudo arqueológico, como veremos na nossa visão pode ser de grande utilidade para repensarmos o património (LEFEBVRE, 2013).

Por outro lado, este tipo de estudos que compreendem a cidade como uma paisagem pluriestatigráfica faz com que o estudo arqueológico da *Paisagem Urbana Histórica* seja um processo muito complexo. Um processo que só pode ser realizado desde uma perspectiva holística, onde participem diferentes profissionais de diferentes disciplinas. Assim teríamos uma cidade entendida como um rizoma, onde diferentes disciplinas trabalham de forma conjunta para poder compreender a *Paisagem Urbana Histórica* dentro da sua complexidade (BLANCO-ROTEA, 2017). É neste sentido no que julgamos que a tridialética de Lefebvre é uma boa ferramenta, pois achamos que através dela podemos contrastar diferentes dados e perspectivas, sem cair num ecletismo sem sentido.

Por outro lado, sabemos que um projecto desta natureza é difícil de realizar no contexto atual, no qual o benefício de uns poucos prima sobre o uso e desfrute da maior parte da população das cidades, dos seus territórios e dos seus patrimônios. Mas não é por isso que devemos renunciar à busca por um horizonte que nos permita iniciar o caminho para uma nova forma de estudar a história das cidades, que deve se servir de uma nova maneira de concebê-las, percebê-las e vivê-las, isto é, de uma nova cidade. Uma busca da nova cidade, na qual cremos que a Arqueologia, ao trazer à luz a história da mesma, tem muito a contribuir, sobretudo através do uso do conceito de Lefebvre de espaço de representação.

LUGARES DO POSSÍVEL E O DIREITO À CIDADE

Para entender porque pensamos que o conceito de espaço de representação pode ser interessante para a interpretação do patrimônio, primeiro partiremos de uma definição deste último, que o entendo como um produto da relação contínua entre a sociedade, o espaço e o tempo. Um produto constituído coletivamente, através do acúmulo de diferentes representações e práticas sociais concentradas em um mesmo lugar (VAN DER HAMMEN *et al.*, 2009, p. 64). Por outro lado, tal como vimos, o conceito de espaço de representação designa uma forma de entender o espaço como um *produto-produtor social*, onde de forma continuada se reinterpretam os diferentes significados e descrições que vertebram a maneira em que vivemos e conformamos os símbolos que constituem a paisagem – e a paisagem designadamente urbana não é exceção (AUGÉ, 2003, p. 83-87; LEFEBVRE, 2012).

Desta forma, ao utilizar este conceito de *espaço de representação* para a análise do patrimônio, cremos que, em primeiro lugar, a nossa interpretação se tornaria mais complexa, ao estar aberta à possibilidade de que existam múltiplas formas de viver um espaço, em um mesmo tempo e sociedade. Em segundo lugar, aos termos uma maior noção do espaço como

um *produto-produtor*, que afeta a forma em que vivemos e interpretamos a nossa cidade, se faria imperativo contar com os diferentes grupos e coletivos na produção, proteção e reinvenção dos remanescentes históricos. Pois é apenas através da participação destes que os restos do passado-presente podem entrar em suas vidas cotidianas: como temas de debate, como geradores de perguntas, ressignificando-se dentro da vida atual da cidade. Tal caminho, na nossa visão, poderia nos ajudar a acabar com o que a arqueóloga Andreina Ricci denomina de “Pedras Nuas”, ou seja, *restos* completamente descontextualizados. Assim, poderíamos passar de um patrimônio visto como um espaço da alteridade, onde o passado apresenta-se tão somente como o diferente, o chamativo ou o singular, para uma conceptualização do patrimônio como um espaço que representa o diferente, mas com certa familiaridade. Permitindo desta forma uma nova apropriação do patrimônio por parte da cidadania (RICCI, 2013). Visto assim, estes lugares converteriam-se no oposto dos lugares fechados onde se reproduz a *mixofobia*, sendo lugares onde poderia se praticar a *mixofilia*, ou seja, o amor ao diferente, ao distinto. Uma *mixofilia* que para Bauman:

carrega um germe de esperança: não apenas a esperança de tornar a vida urbana (um tipo de vida que exige a convivência e a interação como uma variedade enorme, quicá infinita, de estranhos) menos preocupante é mais fácil de praticar, mas também a de aliviar as tensões que surgem, por motivos similares, em escala planetária (BAUMAN, 2007, p. 97-98).

Neste sentido, convém recordar que o poder, e entre todos eles o *político*, é na nossa visão o principal “ativador” e construtor do patrimônio. Entretanto, é válido dizer que com “poder político” não estamos nos referindo apenas àquele constituído pelas instituições, mas também e notavelmente às comunidades, grupos, coletividades, sindicatos de classe, de inquilinos... que podem reinterpretar, inverter ou ressignificar os restos do passado. Servindo, desta forma, como contrapoderes aos interesses económicos ou políticos, que costumam se esconder por trás da destruição do patrimônio, ou da esquematização deste que, em certas ocasiões acaba servindo para fundamentar as identidades de cunho essencialista (PRATS, 1998), que podem derivar, no que Amin Maalouf chamou de “*identidades assassinas*” (MAALOUF, 2009).

Finalmente e desta forma, com a implicação da sociedade *no* patrimônio, não apenas construiremos uma visão do patrimônio mais diversa e complexa, mas também uma maior vinculação das comunidades com ele, o que acreditamos que catalisou e catalisará um forte

compromisso e responsabilidade por parte destas em sua proteção. Nesta direção, estes patrimônios poderiam representar o que Henry Lefebvre (2011) denominara como *lugares do possível*, lugares onde o passado e o futuro possam ser pensados e repensados, de forma conjunta, convertendo-se em lugares desde àqueles que reivindicam o *direito à cidade*. Um direito à cidade que “não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2011, p. 117-118).

Por último, queremos enfatizar a certeza que somos conscientes que os problemas aos que se defronta a Arqueologia Urbana e as cidades em geral são problemas globais. Mas estas cidades e territórios são importantes pontos de partida onde podemos ensaiar novas formas e novas vias, tanto de produzir, praticar e viver a cidade, como de fazer uma nova Arqueologia Urbana. Neste sentido, as cidades convertem-se num importante laboratório onde se realizam os ensaios necessários para responder os problemas globais que enfrentamos (BAUMAN, 2007; HARVEY, 2013).

PROPOSTA DE EXERCÍCIO PARA A SALA DE AULA

Uma proposta interessante para compreendermos o espaço como *produto-produtor da sociedade*, pode ser fazer a análise das mudanças que sofreu uma cidade (ou uma parte desta) na aula. Para isso, pode-se partir de diferentes planos de distintas épocas que podem ser decalcados em papel manteiga, para depois sobrepô-los como camadas, assim permitindo perceber as mudanças ocorridas nos diferentes períodos – não há a necessidade da utilização de planos de períodos muito recuados ou com uma grande diferença cronológica. Tais mudanças podem ser interpretadas a partir das transformações que estavam acontecendo no corpo cívico da cidade.

Para facilitar o trabalho, pode-se ver o exemplo do texto de Martins *et al.* (2018), onde se analisa a relação entre espaço e sociedade de duas cidades milenares da Península Ibérica a partir da sua forma urbana, bem como as mudanças sofridas pela população que as habitava. Da mesma forma, também seria interessante que fossem apropriados os conceitos da *tridialética* de Lefebvre, grosso modo, acima expostos, para que construíssem visões múltiplas e mais complexas do espaço.

Outro exercício interessante pode ser o de propor aos alunos que façam o próprio registro patrimonial da sua cidade, bairro, aldeia.... como se tratasse de uma carta arqueológica. Um tipo de estudo que os levará a compreender a complexidade do lugar em que moram e onde

desenvolvem a sua vida diária. Desta forma, o primeiro que perceberão é como essa paisagem que se observa “paralizada” é constituída por diversas temporalidades. Por outro lado, seria interessante pedir-lhes que identifiquem os lugares que estão considerados como patrimónios, e os que não o estão, mas que formem parte indissolúvel da vida da população daquele lugar. Uns lugares ou espaços que podem ser os mais cotidianos e comuns possíveis, como por exemplo um parque público. Assim, podemos desafiá-los a pesquisar a história deste lugar, como foi construído, que fases teve, como é usado, e como é interpretado. Para este exercício pode ser interessante que recuperem os conceitos da tridialética de Lefebvre. Podemos ainda indicar-lhes que recolham testemunhos das pessoas, pontos de vista, preocupações, gostos... que de forma habitual convivem com esses espaços. Este ponto achamos que pode ser interessante para que adquiram a consciência das diferentes formas em que pode ser percebido e vivido um mesmo espaço. Acreditamos que este exercício pode ser útil para que compreendam como no espaço podemos perceber as diferentes temporalidades que o constituem, assim como as diferentes interpretações culturais que todas e todos fazemos de forma rotineira. Sendo um bom exemplo disto a seguinte passagem de *Resources of Hope* de Raymond Williams:

culture is ordinary: that is where we must start. To grow up in that country was to see the shape of a culture, and its modes of changes. I could stand on the mountains and look north to the farms and the cathedral, or south to the smoke and the flare of the blast furnace making a second sunset. To grow up in that family was to see the shaping of mind: the learning of new skills, the shifting of relationships, the emergence of different language and ideas. My grandfather, a big hard labourer, wept while he spoke, finely and excitedly, at the parish meeting, of being turned out of his cottage. My father, not long before he died, spoke quietly and happily of when he had started a trade-union branch and a Labour Party group in the village, and without bitterness, of the "kept men" of the new politics. I speak a different idiom, but I think of these same things (WILLIAMS, 1989, p. 4).

Destacamos esse excerto de Raymond Williams porque acreditamos que pode ser de utilidade na hora de explicar aos alunos como no espaço podemos perceber tanto as diferentes temporalidades como as diferentes formas de entender o mundo, que as comunidades e os indivíduos criam em diálogo com o tempo e o espaço. Formas de ver o mundo que devem ter uns significados e direções comuns, que permitem a sua viabilidade (WILLIAMS, 1989, p. 4), mas também formas de ver e de praticar o espaço divergentes, que podem servir como ponto de partida para a busca de outros mundos. E neste sentido o exercício se torna ainda mais interessante, pois através dele podem refletir sobre o papel destes lugares, como *lugares do possível*. Desta forma, é possível pensar como estes lugares podem ajudar a conseguir o direito

à cidade que, como vimos, não consiste em voltar às cidades do passado, mas transformar as cidades para a consecução de mundo melhor e socialmente mais justo (LEFEBVRE, 2011, p. 117-118).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que com o exposto anteriormente fortalecemos a nossa premissa inicial, de que com o exercício da metodologia da Arqueologia Urbana, junto com os novos contributos vindos das Ciências Sociais e Humanas, não só podemos revitalizar os vestígios históricos das nossas cidades, mas também abordá-los nas salas de aulas de um jeito mais didático e complexo. Uma abordagem em que procuramos que os alunos reflitam sobre o uso desses espaços patrimoniais, e como podem contribuir à consecução de uma “vida urbana *transformada, renovada*” (LEFEBVRE, 2011, p. 117-118). Dito de outro modo, a esperança que procurem modificar as cidades onde que vivem.

REFERÊNCIAS

- AUGE, Marc. **El tiempo en ruinas**. Barcelona, Editorial Gedisa, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro, Zahar, 2007
- BEARD, Mary. **Pompeya. Historia y leyenda de una ciudad romana**. Editorial Crítica. Barcelona. 2008
- BLANCO-ROTEA, Rebeca. Arquitectura y paisaje. Aproximaciones desde la arqueología, **Arqueología de la Arquitectura**, 14. Victoria. e051. DOI: <https://doi.org/10.3989/arq.arqt.2017.007>.
- CALVINO, Italo. **As cidades Invisíveis**. Biblioteca Folha. 2003
- CARRERO-PAZOS, Miguel. **Arqueología computacional del territorio. Métodos y técnicas para estudiar decisiones humanas en paisajes pretéritos**. Archaeopress. Oxford. 2023
- CARVER, Martin. **Archeological investigation**. Routledge. New York. 2009.
- CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre**. Paidós. 2017.
- FERNANDEZ MARTÍNEZ, Víctor M. **Una arqueología crítica. Ciencia, ética y política en la construcción del pasado**. Editorial Crítica. 2005.
- FLOHR, Miko. From urban space to urban history-an introduction. Em M. Flohr (ed). **Urban space and urban history in the roman world**. Routledge. p.1-16.2020.

FOLGUEIRA RÍOS, F; DOPICO CAÍNZOS, M^a; SANTOS YANGUAS, J. Lucus Augusti. La formación de una ciudad. En M^a Dolores Dopico Caínzos, M. Villanueva Acuña (eds) **Specula Populi Romani? Revisitando o papel da cidade**. pp 131-164.2024.

MICHEL, Foucault. Preguntas a Michel Foucault sobre la Geografía. En M. Foucault **Microfísica del Poder**. Madrid: ediciones de la piqueta, p. 111-124. 1979

HARRIS, Edward C. **Principios de estratigrafía arqueológica**. Editorial Crítica. Barcelona.1991

HARVEY, David. **Explanation in Geography**. Edward Arnold. 1969.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. Ediciones Akal. Madrid. 2013

HODDER, Ian; ORTON, Clive. **Análisis espacial en arqueología**. Editorial Crítica. Barcelona. 1990.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. Centauro Editora. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del Espacio**. Capitan Swing. 2013

MAALOUF, Amin. As Identidades Assassinas. Um manifesto de indignação contra a loucura que incita à violência e à morte em nome da “identidade”. Difel. 2009

MARTINS, Manuela; MAGALHÃES Fernanda, BOTICA, Natalia. O urbanismo fundacional de *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*. Em M^a Dolores Dopico Caínzos; Manuel Villanueva Acuña (eds). **Sine Iniuria In Pace Vivatur. A construcion do império durante os Xulio-Claudios**. *Philtáte 3, Studia et acta antiquae Callaeciae*. Lugo. Pp:345-373.2018

MARTINS, Manuela; VENTURA DA SILVA, Gilvan. Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares. En Ferreira Antero e Marques Alexandra (Coord). **II congresso Histórico Internacional. As cidades na História: Sociedade**.pp.77-108. 2017.

MARTINS, Manuela. Espaços, usos e sociabilidades na cidade antiga: contributos e limites da Arqueologia. En. Gilban Ventura da Silva, Érica Cristhynae Morais da silva, Belchior Monteiro Lima neto (org). **usos do espaço no mundo antigo**. GM Gráfica e editora. Victoria, ES. pp:11-31.2018

ORTIZ ARELLANO, Edgar. Francmasonería, Revolución Francesa y apropiación ideológica del arte neoclásico. **Academo. Revista de Investigación en Ciencias Sociales y Humanidades**. Vol.7. Nro2. pp:193-206.2020

PRATS, Llorenç. **El concepto de patrimonio cultural**. *Política y sociedad*, 27. pp:63-76. 1998

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio. ¿Excavar en las ciudades o historiar las ciudades? El debate sobre la Arqueología Urbana a la luz de algunas experiencias europeas. **Arqueología y territorio Medieval**, v. 12. p. 107-132. 2005.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio. La arqueología y los paisajes urbanos históricos. En P. Mateos Cruz; F. Palma García. (eds). La arqueología urbana. En las ciudades de la Hispania Roma: Proyectos integrales de investigación, conservación y difusión. Mérida.pp.447-474. 2020

RICCI, Andreina. **En torno a la piedra desnuda. Arqueología y ciudad entre identidad y proyecto.** Publicacions de la Universitat de València. Valencia. 2013

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homen.** Editora Da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova. Da critica da geografia a uma geografia critica.** Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2004.

SOJA, Edward. **En busca de la justicia espacial.** Crónica.2014

VAN DER HAMMEN, María Clara; LULLE, Thierry; CRISTINA PALACIO, Dolly. La construcción del patrimonio como Lugar: Un estudio de caso en Bogotá. *Antípoda N° 8.* pp 61-85.2009.

WILLIAMS, Raymond. **Resources of Hope.** Verso. 1989.